

Gestão Local para a Sustentabilidade: Um Estudo sobre a Implementação do Projeto Urban Leds em Recife, PE.

KARLA KARINA DE OLIVEIRA
karlakk_oliveira@hotmail.com
UFPE

RENATA CHERÉM DE ARAÚJO PEREIRA
cherem.renata@gmail.com
UFPE

EDILMA MARIA DOS SANTOS SILVA
smsedilm@gmail.com
UFPE

ERNANDES RODRIGUES DO NASCIMENTO
ernandesrn@gmail.com
UFPE

Resumo: Alguns questionamentos se configuram como a base deste ensaio, que pretende, entre outros objetivos, analisar o Projeto Urban Leds, projeto de políticas de baixo carbono da ONU (Organização das Nações Unidas), como uma importante ferramenta de gestão para um desenvolvimento sustentável. Quais iniciativas uma gestão local pode tomar para diminuir o impacto ambiental gerado pela urbanização acelerada e consequente emissão de poluentes? Qual a relação entre uma governança sólida, com bases racionais e a sustentabilidade? Por que a cidade do Recife foi escolhida para ser modelo no Projeto da ONU? Para tentar responder a tais questionamentos foi utilizado o método de pesquisa desk research ou pesquisa bibliográfica, um estudo de fontes científicas a respeito do desenvolvimento sustentável e das perspectivas para o desenvolvimento local sustentável. Como contribuição principal, este artigo abre perspectivas de estudo sobre sustentabilidade na administração pública, constatando que é possível aliar crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, a partir de uma gestão local que contemple interesses comuns. Nesse sentido, constatou-se que iniciativas públicas direcionadas à sustentabilidade, podem diminuir o impacto ambiental gerado pela urbanização acelerada e consequente emissão de poluentes. Os autores deste ensaio consideram ser possível, através de uma governança sólida e em parceria com os outros atores sociais, aliar o crescimento econômico às bases sustentáveis.

Palavras Chave: Sustentabilidade - Gestão Local - Desenvolvimento - Sustentável - ONU

1. INTRODUÇÃO

Numa época em que todas as atenções estão voltadas para o impacto causado pela produção e consumo no meio ambiente, faz-se primordial um planejamento no sentido de tornar a gestão local um instrumento para o crescimento econômico baseado na sustentabilidade. A preservação ambiental aliada à renovação dos recursos naturais é importante fator para o desenvolvimento sustentável, por promover melhorias sociais adequadas e necessárias a cada localidade.

O desenvolvimento sustentável vem ganhando maior atenção na sociedade, tanto no meio acadêmico, através de pesquisas com este foco, quanto nos meios de comunicação, por meio de campanhas de educação ambiental. Além disso, estendeu-se à esfera pública, através de ações de gestão que visam o bem estar social e proporcionam uma melhor qualidade de vida aos indivíduos.

Apesar da extrema importância do correto entendimento de desenvolvimento sustentável, sua conceituação ainda passa por um processo de transição. Vale ressaltar que esse conceito teve um grande marco no Relatório Brundtland (1987), onde afirmava que o desenvolvimento sustentável atende às necessidades do presente sem comprometer o futuro das próximas gerações. Porém, esse conceito recebeu diversas críticas por apresentar categorias bastante amplas e abstratas, que impediam uma análise que respeitasse as diferenças entre os países. Assim, novos paradigmas foram emprestados às discussões, o que contribuiu para uma reformulação mais realista do conceito. Este ensaio é embasado no conceito formulado por Sachs (2002), que defende o desenvolvimento sustentável como um novo modelo de produção onde a sociedade atual utiliza os recursos naturais para suprir as suas necessidades, permitindo que as futuras gerações possam fazer o mesmo.

Foi neste contexto que a ONU (Organização das Nações Unidas) criou o Projeto “Promovendo Estratégias de Desenvolvimento Urbano de Baixo Carbono em Países Emergentes” – Urban Leds, projeto internacional de redução de poluentes cujo objetivo é racionalizar o uso de recursos naturais e reduzir a emissão de gases de efeito estufa em países em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia, a Indonésia e a África do Sul. Recife e Fortaleza foram as cidades escolhidas para servir de modelo, participando do projeto através de ações que visem uma sustentabilidade ambiental aliada ao crescimento econômico de modo racional e sustentável. Ao final, cada cidade deverá produzir um relatório sobre a emissão de gases do efeito estufa e as mudanças climáticas.

Recife está localizado na Região Nordeste e, de acordo com o Perfil Municipal divulgado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Pernambuco, conta com mais de um milhão e meio de habitantes. Por ser o 9º município mais populoso do Brasil, o estado vem acarretando uma aceleração no processo urbano, o que está modificando a estrutura da cidade e impactando consideravelmente o meio ambiente. Ações de educação e investimentos em pesquisas de tecnologia ambiental, aliados a instrumentos de gestão comprometidos com a política pública, proporcionaram a Recife a participação no Projeto Urban Leds, sendo um instrumento de replicação em outras cidades.

Tomando como base o espaço local enquanto locus privilegiado para se estudar e compreender dinâmicas no âmbito global e a aproximação do conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, o objetivo principal do estudo é analisar o Projeto Urban Leds como uma importante ferramenta de gestão para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, este ensaio teórico contou com a metodologia *desk research*, ou revisão bibliográfica, uma abordagem qualitativa que permite uma revisão crítica da literatura acerca do desenvolvimento local para a sustentabilidade.

Inicialmente o artigo resgata a evolução observada na literatura sobre a concepção mais ampla de desenvolvimento sustentável. Na sequência, trata da perspectiva local do desenvolvimento sustentável como forma de aproximação entre os governos e os cidadãos, de gestão e de planejamento compartilhados. Após, descreve o Projeto Urban Leds, da ONU e sua relação com a cidade de Recife. Num quarto momento, apresenta as considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tendo em vista a importância do desenvolvimento sustentável na sociedade, compreender as suas concepções e o que os indivíduos pensam quando falam dele é, além de um desafio, essencial para a o entendimento das transformações que têm atingido as organizações e a vida dos indivíduos. Há de se considerar que não existe uma teoria acerca do desenvolvimento sustentável e sim um conjunto de discussões e reflexões. Cavalcanti (1994) destaca que não há uma única forma de chegar aos predicados de uma vida sustentável, nem tampouco existe uma única teoria sobre o tema.

A conceituação do desenvolvimento sustentável tem como marco o ano de 1987, quando Gro Harlem Brundtland - presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - apresentou para a Assembleia Geral da ONU, o documento "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como Relatório Brundtland (VEIGA, 2005). Nesse Relatório o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46).

A construção desse conceito de desenvolvimento sustentável recebeu diversas críticas. Com a intenção de alcançar uma aceitação global que representasse certo consenso, o termo é constituído de algumas categorias abstratas, como "gerações futuras e a humanidade", que impedem que seja realizada uma análise que respeite as diferenças sociais apresentadas entre os países. Entretanto, não há dúvidas de que esse relatório destacou aspectos chaves importantes sobre a questão do meio ambiente e desenvolvimento. Suas propostas ampliaram a discussão, permitindo que diversas linhas de raciocínios fossem incorporadas na discussão sobre alternativas de desenvolvimento (FERNANDES, 2003).

Apesar de as propostas contidas no relatório de Brundtland e demais e documentos que abordam esse tema tenham sofrido severas críticas, o desenvolvimento sustentável conseguiu se manter no centro das discussões, sofrendo as devidas refinações que vieram a lhe garantir um importante avanço epistemológico. Entretanto, ainda que inexista um consenso em torno do seu conceito, Sachs (2004) identifica alguns elementos comuns no debate atual: a ampliação das dimensões envolvidas, a superação de dicotomias no âmbito da territorialidade e a necessidade de interconexões, a sinergia entre os aspectos locais e os aspectos mundiais e a necessidade de se trabalhar em escalas múltiplas de tempo e de espaço como forma de enfrentamento das possíveis consequências do imediatismo de ações de curto prazo.

É nesse sentido, a fim de reparar as desigualdades geradas e criar ações que permitam diminuir os históricos abismos da civilização, que Sachs (2002), conceitua desenvolvimento sustentável como um novo modelo de produção onde a sociedade atual utiliza os recursos naturais para suprir as suas necessidades, permitindo que as futuras gerações possam fazer o mesmo. De acordo com o autor, o desenvolvimento sustentável fundamenta-se em seis pilares:

Sustentabilidade social: baseada numa distribuição mais justa das riquezas e na criação de condições para que as populações mais carentes possam gerar renda, com o objetivo final de diminuir as desigualdades sociais.

Sustentabilidade econômica: modo de produção comprometido com o respeito ao meio ambiente e a redução dos seus danos, acompanhado de uma gestão eficiente dos recursos e constantes investimentos públicos e privados.

Sustentabilidade ecológica: redução da poluição, da produção de lixo, aumento da reciclagem, redução do consumo de energia, desenvolvimento de energias limpas, redução do consumo pelos países mais ricos e definição de regras para uma eficiente proteção ambiental.

Sustentabilidade espacial: reequilíbrio da ocupação demográfica urbana e rural.

Sustentabilidade cultural: respeito às tradições, práticas e costumes de cada região, analisando cuidadosamente os seus impactos no meio ambiente;

Sustentabilidade política: importantíssima, pois sem vontade política e apoio da comunidade receptora todo o processo é seriamente comprometido, fadado ao insucesso.

Nesse sentido, Oliveira, Viana e Braga afirmam:

o desenvolvimento sustentável vai além do modelo de produção, pois está calcado numa nova postura ética em relação ao meio ambiente e à própria sociedade, onde cada cidadão é chamado a refletir sobre o seu atual estilo de consumo e de vida. (OLIVEIRA; VIANA; BRAGA, 2010, p.6)

Observa-se que a proposta de desenvolvimento sustentável, na medida em que propõe o aumento da produtividade e do crescimento econômico com menores riscos sócio ambientais, busca a reafirmação do atual modelo de desenvolvimento a partir de pequenas modificações, e não necessariamente a transformação de uma nova ordem, mais justa e participativa. Nesse sentido, não é esperado que todo indivíduo se conscientize de seu papel no quadro ambiental. Apesar disso, as diversas discussões sobre o tema, abrem à questão de que é possível desenvolver sem destruir o meio ambiente.

Constata-se que o conceito de desenvolvimento sustentável passou por uma enorme evolução, transcendendo a perspectiva meramente econômica. Sachs (2004) destaca que tal conceito revela as interdependências entre diferentes dimensões da realidade social e por isso exige uma abordagem multidisciplinar. Assim, o autor elabora o que denomina de critérios de sustentabilidade, incluindo as dimensões: social, cultural, territorial, econômica e política (nacional e internacional). Além disso, Sachs (2004) afirma que as estratégias de desenvolvimento sustentável não podem ser impostas de cima para baixo. Elas devem ser formuladas e colocadas em práticas em conjunto com a população. Para tanto é preciso encontrar um novo tipo de parceria entre todos os atores concernentes, assim como uma nova redistribuição do poder entre Estado, empresas e terceiro setor.

Nesse sentido, destaca-se o papel da comunidade local no processo de desenvolvimento sustentável. A interação com o local dá origem a paradigmas de condução do desenvolvimento relativamente autônomos, onde a ênfase é colocada mais na dinâmica local do que nas reestruturações vindas de cima. Assim, o local não é percebido como um instrumento de gestão estatal do social, mas como resultado da ação dos cidadãos sobre seus espaços de vida. O espaço, por sua vez, não resulta de um corte para fins administrativos, mas da interação entre o cidadão e seu ambiente (Klein, 1989).

3. PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Conforme as cidades se desenvolvem, ancoradas em sistemas sociais complexos, suas ações tendem a se dirigir para a adoção de mecanismos que viabilizem a expansão desse crescimento explorando as potencialidades locais. Para compreender e contextualizar o foco da

abordagem tal qual está sendo apresentada, se faz mister apresentar o conceito de desenvolvimento local defendido por Buarque (2000) que pode ser referenciado como um processo de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população.

A melhoria de uma comunidade, localidade e microrregião em crescimento econômico necessita, sobretudo, de melhores rendimentos dos fatores de produção. Neste contexto, acentua-se a competitividade e integração, incorporando os pressupostos do desenvolvimento sustentável. Salienta-se, segundo Buarque (2006, p.27) que “o local não é sustentável se não encontrar espaços de competitividade e depender, de forma continuada e persistente, de subsídios e transferência de fora da região”. Para que o local se sustente, conforme convergência de subsídios de outras regiões, os atores sociais precisam estar engajados no processo.

Para que uma experiência no desenvolvimento local tenha resultados positivos, esta deve ocorrer com a participação ativa da sociedade no processo de tomada de decisão e na contribuição decisiva das comunidades, com o objetivo de desenvolver e fortalecer os projetos de melhoria do meio ambiente. E ainda, “As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local decorrem de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade” (BUARQUE, 1999).

O desenvolvimento de um processo de gestão para a implementação de um desenvolvimento local sustentável baseia-se na busca por parcerias com instituições locais e nacionais em busca da resolução de problemas ambientais, não esquecendo que o mote contínuo de mudança que está sendo implementado hoje decorre do processo de globalização, contexto inculcados nos grandes centros urbanos. Do processo de globalização advém a articulação de esferas sociais de diferentes instâncias como numa grande fábrica conforme o pensamento de Octavio Ianni (2002, p.19): “A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas”. As fronteiras são minimizadas provocando a inserção de ideias das fábricas globais nas fábricas locais transformando estas numa grande fábrica autêntica e articulada respeitando o contexto particular de cada município.

O desenvolvimento de um município possui uma característica particular. Assim, conforme entendimento de Magalhães (2006), “A ideia de meio ambiente tende a absorver os sentidos da noção de bem-estar nas cidades” (p.28). E é o sentimento de bem-estar através da recriação do meio por parte de grupos interligados por uma só ideia que se busca com os ideais sustentáveis do desenvolvimento local. Pois, como postula Novaes (2002, p.6), “A valorização do espaço cotidiano e da democratização e descentralização da gestão pública apontam, assim, para a esfera “local” como o *locus* privilegiado para a sustentabilidade ampliada”. É dentro deste contexto que se busca a expressão de sentimentos de pertencimento e cidadania através da construção de uma realidade local que dê novo significado ao espaço, com melhores condições de habitação, de participação e comprometimento com o meio ambiente.

Entender as dinâmicas que guiam as relações entre economia, política e sociedade se faz importante para implementar um projeto de desenvolvimento local. No entanto, é preciso considerar que o fato de estar local e ser local não elimina a complexidade das relações sociais visto que existem inúmeras comunidades a serem integradas no processo. Nessa implementação, o município é o responsável pelo desenvolvimento de estratégias de ação para a execução de um planejamento consistente junto ao cidadão. Assim, um projeto forte de desenvolvimento local permite uma aproximação entre o governo e a sociedade fazendo com que haja uma “gestão pública compartilhada” (SANTIN, 2007, p.54).

Iniciativas de desenvolvimento sustentável já foram postas em prática em um outro momento. Dentre essas iniciativas destaca-se a “Agenda 21”, que fez emergir a atuação dos municípios na coordenação de projetos de cunho sustentável. No entanto, numa análise mais profunda, a “Agenda 21” limitou-se a projetos extremamente restritivos com o ideário da sustentabilidade, como afirmam RIBEIRO et al. (1997, p.244) apud Novaes (2002):

“Quantitativamente, parcela mínima de municípios, estados e regiões tomaram iniciativa para implementar a Agenda 21. Qualitativamente, a maioria das ações tem pouca abrangência e amplitude, centrando-se em aspectos específicos - relevantes e necessários - mas insuficientes para caracterizarem uma abordagem sistemática e ampla da implementação da Agenda 21”.

O conceito que se formou em torno da Agenda 21 faz com que pensemos sobre as novas formas de implementação de um projeto de cunho sustentável. As iniciativas e os conceitos são bastante promissores, mas deve-se considerar que a construção dessa iniciativa deve ser bem planejada. Assim, o desenvolvimento local deve ser revisto de forma ampliada para que não se torne parte do conceito agregado hoje à Agenda 21, que é analisada como uma iniciativa limitada a programas de meio ambiente.

Dessa forma, a “Agenda 21” tem sido compreendida muito mais como uma agenda ambiental do que como uma agenda de desenvolvimento sustentável” (CRESPO, 1998, p.11). Apesar da comparação, não se deve confundir o conceito implementado pela “Agenda 21” com o conceito de “Desenvolvimento Local Sustentável”. Este tem uma política clara de aproximação com a comunidade, ao pensar o espaço como um lugar onde o cidadão pode interferir, contribuir e tomar decisões junto ao governo. Além disso, há o reconhecimento de que é preciso entender o processo global para se chegar ao local com mais força e autenticidade. É importante pensar o desenvolvimento local sustentável como um grande mote participativo para a formulação de políticas públicas de forma articulada.

Assim, é preciso observar que o desenvolvimento local funciona com a participação do governo e da sociedade em torno de um só objetivo. E esse objetivo deve contemplar as esferas econômica, política, social e ambiental para que haja um efetivo desenvolvimento local. O desenvolvimento local articula potencialidades de uma região específica em busca de uma melhor condição de vida. Como afirma Mello (2007, p. 4): “A sociedade civil é o lócus privilegiado para as transformações sociais, em processos que contemplem o fortalecimento dos trabalhadores e das organizações sociais, no que respeita a sua autonomia e capacidade de participação social protagonista”. Nesse sentido, desenvolver-se localmente é pensar o desenvolvimento num espaço em que a sociedade escreve sua própria história.

4. PROJETO URBAN - LEDS E A CIDADE DO RECIFE

Nos países em desenvolvimento o processo de urbanização está acontecendo de forma acelerada, acarretando mudanças estruturais que degradam o meio ambiente e causando um desgaste dos recursos naturais. Toda essa pressão sobre os recursos naturais decorre da falta de planejamento ou planejamento inadequado diante do cenário apresentado. Assim, faz-se necessário a implantação de novas responsabilidades à capacidade que os países e as cidades têm de fornecer ambientes sustentáveis e qualidade para o bem estar dos cidadãos. De acordo com o World Resources Institute (2012), o Brasil é atualmente o 4º maior emissor mundial e estima-se que aproximadamente 55% das emissões brasileiras hoje são decorrentes do desmatamento. No entanto, os 22% das emissões nacionais relativas a energia, transporte, resíduos e construções não podem ser desprezados. Diante do aumento do número de projetos

de reflorestamento, conservação e medidas de combate ao desmatamento, recentemente percebeu-se uma mudança significativa no perfil de emissões no Brasil.

Numa tentativa de tornar a gestão local eficiente para a sustentabilidade, a Organização das Nações Unidas – ONU criou o Projeto Urban - LEDS (Promovendo Estratégias de Desenvolvimento Urbano de Baixo Carbono em Países Emergentes). Sob a ótica de que as populações urbanas estão cada vez mais sob riscos de crises ambientais causadas pelas mudanças climáticas que são ampliadas em ambientes marginais e por restrições de recursos, o projeto visa instituir ações de planejamento, incluindo legislações, regulações, inovação tecnológica e pesquisas, cada vez mais necessárias para reduzir as emissões de GEE (gases de efeito estufa) nas áreas urbanas e torna-las mais resilientes (Urban – LEDS, 2012). Este projeto, em parceria com o ICLEI (Governos Locais para a Sustentabilidade), vem mostrar que as administrações locais necessitam tomar medidas adequadas para manter e melhorar seus ambientes face às mudanças climáticas, protegendo e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

Interligando as cidades modelo (que receberão apoio intensivo da ação) às cidades satélites (conectadas às cidades modelos para aprendizagem e replicação), o Urban – LEDS, como um projeto internacional de redução de poluentes, objetiva apoiar iniciativas de baixa emissão de carbono em áreas urbanas, levando em consideração a redução da pobreza e inclusão social. Estrategicamente, a ONU escolheu duas cidades modelo e cinco cidades satélites, nos países envolvidos no projeto, que são Brasil, Índia, Indonésia e África do Sul, a fim de demonstrar estratégias de desenvolvimento urbano inclusivo de baixa emissão de carbono em condições de crescimento e transição acelerados.

De acordo com o Urban – LEDS (2012), a diretrizes e objetivos envolvem o desenvolvimento e promoção de estratégias de desenvolvimento urbano de baixo carbono, incluindo ações locais de mitigação apropriadas ao contexto nacional, a especificação de soluções tecnológicas relacionadas a políticas de energias renováveis, construções sustentáveis, aproveitamento energético de resíduos, soluções de transportes, entre outras, a inclusão de conhecimentos e especialidades técnicas de instituições europeias, a fim de identificar soluções tecnológicas contínuas e criar um sistema de formação de redes, promovendo medidas de mitigação de emissões no desenvolvimento urbano através da transferência de conhecimento técnico, tecnologias, inovação, pesquisa e financiamento (URBAN LEDS, 2012).

Por seu potencial em relação aos recursos naturais e ambientais, Recife foi escolhida como cidade modelo para o projeto da ONU, o que irá possibilitar a correção de ações errôneas que aconteceram ao longo do tempo e prejudicaram os recursos naturais da localidade. A disposição da gestão local para o desenvolvimento de uma política pública ambiental, tomando como base a política pública do Governo do Estado de Pernambuco, aliado ao fato da sustentabilidade e responsabilidade social serem o eixo do programa de governo do município, foi outro fator para a escolha da cidade como modelo do projeto. A Prefeitura do Recife aderiu, desde 2011, à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), seguindo uma tendência global no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à responsabilidade da gestão pública, inserindo a gestão socioambiental às atividades administrativas e operacionais no campo governamental, incluindo créditos ambientais na administração pública, inserindo o Recife no circuito de gestões que se preocupam com a preservação e utilização inteligente e responsável dos recursos naturais (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2013).

De acordo com o Relatório Mundial Sobre o Setor Público da ONU (2005), a visão convencional de administração pública centralizada evoluiu de uma gestão de viés empresarial para uma gestão participativa, buscando responder, através desse modelo de gestão, aos diferentes interesses de grupos da sociedade civil com mecanismos de participação dos

cidadãos, como acontece na cidade de Recife, através do orçamento participativo, também em sua vertente ambiental, numa instância em que a sociedade civil coordena e fiscaliza a execução do plano de investimentos e da política pública de meio ambiente desenvolvida no âmbito da gestão municipal, configurando-se num importante espaço de debate. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2013).

Vale salientar que uma gestão local eficiente deve envolver etapas de planejamento, execução e avaliação, numa integração para a sustentabilidade. Para o desenvolvimento sustentável acontecer é preciso equacionar as formas de gestão às transformações econômicas, sociais e ambientais locais em curso, buscando instrumentos para um crescimento econômico em harmonia com a preservação ambiental. De forma que os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional e renovável, ao mesmo tempo em que promova as necessárias melhorias sociais.

Segundo o World Public Sector Report (2005, p.7), a eficiência da gestão para a sustentabilidade não está relacionada a um guia de regras, mas à flexibilidade de processos de gestão que correspondam, ajustadamente, aos desafios de cada localidade. Uma ferramenta útil de gestão local para a sustentabilidade é a definição de uma vocação dominante que possa servir de fio condutor para a comunidade no seu conjunto, assegurando as questões de sustentabilidade nos processos de decisão (WORLD PUBLIC SECTOR REPORT, 2005). Promover uma gestão eficiente é obter êxito na realização dos objetivos que contemplem os interesses comuns.

5. CONCLUSÃO

Pouco se sabe ainda sobre a verdadeira potencialidade do desenvolvimento sustentável em nossa sociedade. Pode-se afirmar, entretanto, que esse tipo de desenvolvimento não remete apenas a conservação da natureza. Em uma concepção mais ampla, aponta para novos modelos de desenvolvimento e para transformações sociais. Sendo assim, é preciso trazer a discussão da sustentabilidade para o campo local, respeitando suas peculiaridades.

É importante reconhecer que o conceito de desenvolvimento sustentável é um princípio em construção, que não deve se desenvolver de forma isolada em um país ou região. Mesmo tendo em vista a realidade de um mundo globalizado, é preciso reconhecer a necessidade de cada região enfrentar de forma autônoma seus dilemas e perspectivas em relação ao futuro, construindo seus próprios modelos. Assim, cabe às comunidades locais, enquanto atores sociais plenamente capazes, formular sobre seu próprio planejamento para o desenvolvimento.

Nesse sentido, o projeto objetivou analisar o Projeto Urban Leds, projeto de políticas de baixo carbono da ONU (Organização das Nações Unidas), como uma importante ferramenta de gestão para um desenvolvimento sustentável. Constatou-se que iniciativas públicas direcionadas à sustentabilidade, podem diminuir o impacto ambiental gerado pela urbanização acelerada e conseqüente emissão de poluentes. Os autores deste ensaio consideram ser possível, através de uma governança sólida e em parceria com os outros atores sociais, aliar o crescimento econômico às bases sustentáveis, proporcionando, assim, uma gestão local que contemple interesses comuns.

Frente ao perfil da área de atuação proposta no Projeto Urban Leds, Recife deve implementar ações que visem questões de ordem econômica e aspectos de qualidade de vida, mobilizando as pessoas em torno da reflexão e ação para solução de seus problemas. Não existe uma solução única para assegurar o sucesso do projeto, mas, um possível ponto de partida consiste no engajamento entre os empreendedores atuando em parceria com os atores locais. Essa parceria deve garantir que o projeto atenda aos fundamentos do desenvolvimento sustentável e defina suas metas com respeito a geração de renda. Para poder responder a esse

objetivo e ao mesmo tempo atender aos anseios locais torna-se necessária flexibilidade por parte dos executores do projeto.

Concluindo, espera-se que a maior contribuição deste ensaio seja a abertura de uma nova perspectiva de ação e estratégias de sustentabilidade na administração pública, no sentido de buscar um crescimento sustentável que beneficie todos os atores do desenvolvimento, cada um desempenhando seus papéis de maneira consciente, visando o bem comum.

6. REFERÊNCIAS

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: MEPF, INCRA, IICA, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>>. Acesso em: 18jun. 2013.

BUARQUE, Sérgio C. Material didático elaborado para a oficina de gestão “Tecnologias de gestão do desenvolvimento local”. Salvador, NPGA/MPA, 2000. mimeog.

BUARQUE, Sérgio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAVALCANTI, Clóvis. Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clóvis et al. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, out. 1994a. p. 17-28. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991

CRESPO, S. Desenvolvimento Sustentável: as ONG’s devem se engajar na elaboração das agendas 21 locais. Revista Proposta N. 77. “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”. Junho/Agosto 1998. Publicação Trimestral da Fase. 1998.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, Marcionila e GUERRA, Lemuel (Org.). *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. p.131-169.

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização, 2002.

KLEIN, J-L. Développement régional et espace local: vers une régulation territorialisée. *Revue Internationale d’Action Communautaire*, v. 22, n. 62, p. 189-195, aut. 1989

MAGALHÃES, Roberto Anderson de Miranda. A Construção da Sustentabilidade Urbana: Obstáculos e Perspectivas. In: Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 3, 23 a 26 maio, Brasília, 2006. *Anais...* Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA542-06042006-000548.PDF> Acesso em: 18 jun. 2013.

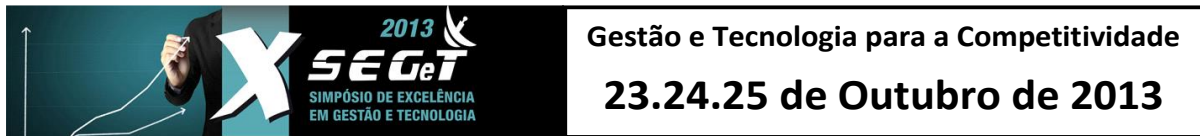
MELLO, Ricardo Ferreira de. Desenvolvimento Local Enquanto Ferramenta para o fortalecimento dos Trabalhadores e das Organizações Sociais. Disponível em: <www.rededlis.org.br/>. Acesso em: 15. jun. 2007.

NOVAES, Ricardo. Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a Agenda 21 Local como Estratégia para a construção da Sustentabilidade. In: Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 1, 6 a 9 nov., Indaiatuba (SP), 2002. *Anais...* Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sustentabilidade_cidades/Ricardo%20Carneiro%20Novaes.pdf>. Acesso:17 jun. 2013.

OLIVEIRA, Luiz Roberto de; VIANA, Lina Juliana Tavares; BRAGA, André Luiz da Cunha. Conflitos e Fragilidade de Uma Atividade Turística Não Planejada: Um olhar direcionado às praias de Porto de Galinhas e Itamaracá/PE. *Patrimônio: Lazer & Turismo*, v.7, n. 10, abr.-mai.-jun./2010, p.01-19.

ONU – Organização das Nações Unidas. Chamada para Manifestação de Interesse – Brasil - Promovendo Estratégias de Desenvolvimento Urbano de Baixo Carbono em Países Emergentes, 2012.

Prefeitura da Cidade do Recife. Agenda Ambiental na Administração Pública A3. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p/apresentacao/#sthash.1usGuOTi.dpuf>> Acesso em: 15 de julho de 2013.



Prefeitura da Cidade do Recife. Gestão Ambiental Participativa. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-acoes/projetos/gestao-ambiental-participativa/op-tematico-ambiental/>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTIN, Janáina Rigo. A nova política urbana: inaugurada com o Estatuto da Cidade. In: MORETTO, Cleide F. et al. (Org). Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Município de Passo Fundo. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2007. v. 1. p.52-70.

UN, World Public Sector Report. Departamento of Economic and Social Affairs. United Nations, 2005. Disponível em: <<http://www.unpan1.un.org/intrdoc/groups/public/documents/un/unpan0211616.pdf>>

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

World Resources Institute. Disponível em: <<http://www.wri.or/publication/climate>>. Acesso em : 15 de julho de 2013.